

Sumário

CAPÍTULO 1 ▶ PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL	13
1.1. Introdução.....	13
1.2. Princípio da Humanidade.....	13
1.3. Princípio da não discriminação das pessoas presas ou internadas	22
1.4. Princípio da individualização da pena.....	23
1.5. Princípio da Legalidade.....	25
1.6. Princípio da Intervenção Mínima	26
1.7. Princípio da Culpabilidade	27
1.8. Princípio da Razoável Duração do Processo de Execução Penal	28
1.9. Princípio da Proporcionalidade	28
1.10.Princípio da Lesividade ou Ofensividade.....	29
1.11.Princípio <i>Numerus Clausus</i>	30
1.12.Princípio da Presunção de Inocência ou Estado de Inocência	31
1.13.Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	32
CAPÍTULO 2 ▶ OBJETIVOS, NATUREZA JURÍDICA, SUJEITOS E APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	35
2.1. Objetivos da Execução Penal	35
2.2. Natureza Jurídica da Execução Penal	36
2.3. Sujeitos da Execução Penal.....	36
2.4. Aplicação da Lei de Execução Penal.....	37
2.5. Execução Provisória.....	37
CAPÍTULO 3 ▶ DO CONDENADO E DO INTERNADO	43
3.1. Da Classificação e Individualização da Pena.....	43
CAPÍTULO 4 ▶ DA ASSISTÊNCIA	49
4.1. Disposições Gerais.....	49
4.2. Assistência Material	50
4.3. Da Assistência à Saúde	51
4.4. Da Assistência Jurídica	54
4.5. Da Assistência Educacional	54
4.6. Da Assistência Social	55
4.7. Da Assistência Religiosa.....	55

4.8. Da Assistência ao Egresso.....	56
4.9. Do Auxílio-Reclusão	58
CAPÍTULO 5 ► DO TRABALHO.....	61
5.1. Disposições Gerais.....	61
5.2. Do Trabalho Interno	62
5.3. Do Trabalho Externo	64
CAPÍTULO 6 ► DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA	67
6.1. Dos Deveres	67
6.2. Dos Direitos	68
6.3. Da Disciplina.....	74
6.3.1. Das Faltas Disciplinares.....	75
6.3.2. Da Falta Grave.....	77
6.3.3. Das Faltas Disciplinares Médias e Leves	83
6.3.4. Das Sanções Disciplinares e da Aplicação das Sanções.....	85
CAPÍTULO 7 ► DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	97
CAPÍTULO 8 ► DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	109
8.1. Da Penitenciária	112
8.2. Da Colônia Agrícola Industrial ou Similar	115
8.3. Da Casa do Albergado	116
8.4. Do Centro de Observação.....	117
8.5. Do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	118
8.6. Da Cadeia Pública	123
CAPÍTULO 9 ► DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE.....	125
9.1. Das Penas Privativas de Liberdade.....	125
9.1.1. Dos Regimes de Cumprimento de Pena Privativa de Liberdade ...	126
9.2. Da Fixação do Regime de Pena	133
9.3. Da Progressão de Regime.....	137
9.3.1. Progressão de Regime <i>Per Saltum</i> ou Por Salto.....	151
9.3.2. Progressão de Regime e Regime Disciplinar Diferenciado	153
9.4. Regressão de Regime.....	154
CAPÍTULO 10 ► DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA.....	157
CAPÍTULO 11 ► DA REMIÇÃO DE PENA	161
CAPÍTULO 12 ► DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	171
12.1. Pressupostos do Livramento Condicional	172
12.1.1. Objetivos.....	172
12.1.2. Subjetivos	173
12.2. Condições do Livramento Condicional	174

12.3.Causas de Revogação do Livramento Condicional	175
12.4.Suspensão do Livramento Condicional.....	177
12.5.Prorrogação do Período de Prova	177
12.6.Extinção da Pena	178
CAPÍTULO 13 ► DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	179
13.1.Pressupostos da Substituição	179
13.2.Espécies de Penas Restritivas de Direitos	185
13.2.1. Prestação Pecuniária	185
13.2.2. Perda de Bens e Valores	185
13.2.3. Prestação e Serviços à Comunidade	186
13.2.4. Interdição Temporária de Direitos	187
13.2.5. Limitação de Fim de Semana.....	188
CAPÍTULO 14 ► DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	189
14.1. Modalidades de Suspensão Condicional da Pena	189
14.1.1. <i>Sursis</i> Simples	189
14.1.2. <i>Sursis</i> Especial.....	191
14.1.3. <i>Sursis</i> Etário e Humanitário.....	191
14.2.Período de Prova.....	192
14.3.Processamento do <i>Sursis</i>	192
14.4.Revogação do <i>Sursis</i>	194
14.5.Prorrogação do <i>Sursis</i>	195
14.6.Extinção.....	195
CAPÍTULO 15 ► DA PENA DE MULTA	197
15.1.Aplicação da Pena de Multa	197
15.2.Cálculo da Pena de Multa.....	197
15.3.Pagamento da Pena de Multa	198
CAPÍTULO 16 ► DA REABILITAÇÃO	201
CAPÍTULO 17 ► MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.....	205
CAPÍTULO 18 ► DOS INCIDENTES DA EXECUÇÃO	209
18.1.Das Conversões.....	209
18.2.Do Excesso ou Desvio	211
CAPÍTULO 19 ► DA ANISTIA E DO INDULTO	213
19.1.Anistia.....	213
19.2.Graça e Indulto	215
CAPÍTULO 20 ► DO PROCEDIMENTO JUDICIAL	223
20.1.Recursos	224

20.1.1. Agravo em Execução.....	224
20.1.2. Recurso em Sentido Estrito.....	226
20.1.3. Carta Testemunhável	226
20.1.4. Correição Parcial.....	226
20.1.5. Embargos Infringentes.....	227
20.1.6. Revisão Criminal.....	227
CAPÍTULO 21 ► DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	229
CAPÍTULO 22 ► LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	231
22.1.Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022	231
22.2.Resolução nº 62, de 17 de março de 2020	232
22.3.Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela)	242
22.4.Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)	273
22.5.Resolução nº 348 de 13 de outubro de 2020.....	299
22.6.Resolução nº 487 de 15 de fevereiro de 2023 (Institui a Política Antimanicomial)	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	325